

QUANTO CUSTA UM VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL NO PARANÁ? UMA ANÁLISE SOBRE A ELEIÇÃO DE 2022

Afonso Ferreira Verner¹

RESUMO

A relação entre dinheiro e política tem sido amplamente estudada pela literatura em Ciência Política – existem agendas de pesquisa que tratam do financiamento de campanha, de gastos de campanha e também de como o dinheiro importa no sucesso (ou insucesso) eleitoral de determinados(as) candidatos(as). Diante desse contexto, o presente artigo busca responder à seguinte pergunta: quanto custa um voto para deputado federal no Paraná? Diante de tal questão, parte-se da análise do custo por voto (métrica oriunda do total declarado pela campanha dividido pelo número de votos obtidos pela candidatura), na tentativa de compreender quais as variáveis que interferem no desempenho eleitoral dos(as) eleitos(as). A pesquisa reúne dados sobre os 30 deputados(as) eleitos(as) pelo Paraná em 2022, com três hipóteses testadas: i) candidatos(as) à reeleição teriam menor custo por voto do que os novatos; ii) partidos e federações com maior número de candidatos(as) eleitos(as) são aquelas que conseguem o melhor custo por voto; e iii) as mulheres têm custo por voto mais elevado do que os homens. Os resultados apontaram que as hipóteses devem ser refutadas. Os testes estatísticos realizados demonstraram não haver diferenças significativas entre os gastos de reeleitos e novatos, e nem entre homens e mulheres. A distribuição do custo médio e mediano por voto entre partidos e federações não se mostrou esclarecedora o suficiente para comprovar a hipótese. Os achados sugerem nova perspectiva sobre a relação entre voto e dinheiro, sendo preciso expandir a pesquisa para outros Estados e mais eleições para obter conclusões mais robustas.

Palavras-Chave: Deputado federal; Paraná; Custo por voto; Eleição de 2022.

INTRODUÇÃO

No mundo dos negócios, o custo por conversão (compra) tem sido cada vez mais utilizado como métrica de desempenho, ou como gostam de dizer no jargão do *business*, como *Key Performance Indicator (KPI)*. Na tentativa de “adaptar” tal preocupação ao mundo da política e da disputa eleitoral, este trabalho busca refletir sobre a seguinte pergunta: quanto custa obter um voto para deputado federal no Estado do Paraná?

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). *E-mail:* afonsoverner@gmail.com.

Aqui a premissa é a de que no mundo dos negócios uma venda, um negócio fechado ou um contrato assinado podem ser considerados uma conversão ou uma efetivação da compra. Já na política e no mercado da democracia tal conversão poderia ser medida por meio do voto – isso porque há na literatura, tanto na Ciência Política como na Comunicação Política, o entendimento majoritário de que o voto é a ilustração mais palpável do tamanho e da força do capital político de determinada liderança (Miguel, 2003).

Dito isso e ciente das possíveis controvérsias que tal aproximação acarrete, este trabalho busca entender quais são as variáveis que ajudam a explicar o valor do custo por voto na eleição para a Câmara Federal em 2022 do Estado do Paraná. O objetivo do trabalho é apresentar um retrato amplo da escolha dos 30 deputados(as) federais eleitos(as) pela federação para a 57ª legislatura. Para tanto, apresentam-se variáveis explicativas (que serão melhor expostas a seguir), na tentativa de compreender como se dá a dinâmica da relação do gasto de campanha com os votos obtidos na eleição de 2022² – sendo extraída dessa relação a métrica de custo por voto.

O Paraná tinha 8,4 milhões de eleitores(as) aptos(as) a votarem em 2022 – crescimento de 6% em relação ao eleitorado de 2018. Na última eleição, os paranaenses escolheram 30 deputados(as) federais para representar o Estado em Brasília. Por tais motivos, o Paraná foi escolhido como objeto da análise de custo por voto na disputa pelo cargo de deputado(a) federal.

Este estudo busca testar três hipóteses iniciais. A primeira é a de que candidatos(as) com mandato teriam menor custo por voto do que aqueles(as) que se elegeram pela primeira vez para a Câmara dos Deputados (Brambor; Ceneviva, 2012; Araujo; Pires, 2020). Isso aconteceria porque esses candidatos(as), já no exercício do mandato, teriam uma estrutura disponível para fazer campanha e resultados do trabalho já prestado à população para serem explorados durante o período eleitoral – há aqui uma aplicação do efeito Jacobson (1978) que prevê que gastos financeiros têm impactos negativos para os candidatos à reeleição, enquanto os efeitos para os desafiantes são positivos.

² Cabe destacar que a métrica de custo por voto neste trabalho é extraída da simples divisão de total de gastos declarados por uma candidatura pelo número de votos obtidos por aquele(a) político no pleito de 2022.

Já a segunda hipótese testada que seriam as legendas (ou federações) com maior número de candidatos(as) eleitos(as) os que conseguissem o melhor custo por voto – tal pressuposto é extraído da recente literatura sobre federações partidárias e seus impactos no Congresso (Gresta; Carvalho, 2022) e também de um debate já mais estabelecido sobre coligações e fragmentação de bancadas (Miguel; Assis, 2014). A lógica aqui seria de que, quanto maior o grupo eleito, menor o custo para se eleger um(a) deputado(a).

A terceira hipótese testada nesse estudo é a que trata da diferença entre gêneros: espera-se que sendo minoritárias no ambiente político e enfrentem dificuldades institucionais para obter espaços de poder, as mulheres tenham custo mais elevado por voto do que os homens. Tal presunção é embasada em aspectos da literatura que tratam da diferença nas condições competitivas entre homens e mulheres na política, especialmente na disputa por uma vaga na Câmara (Rezende, 2017; Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022), além de também partir de achados científicos focados na sub-representação das mulheres nos parlamentos e do impacto disso na literatura (Moraes *et al.*, 2017; Pinheiro, 2006), assim como de indicativos da evidente desigualdade competitiva entre homens e mulheres no mercado eleitoral (Zauli; Torres; Galinkin, 2012).

Exposto isso, no próximo tópico há um debate realizado a partir literatura sobre a relação entre dinheiro e voto no Brasil. Existe um número de trabalhos significativos a respeito do tema e tais pesquisas tratam desde o modelo de financiamento, passando pela distribuição de recursos, chegando a debates focados no desempenho eleitoral e sua relação com o dinheiro. No terceiro tópico do artigo, o leitor encontra uma rápida contextualização da eleição de 2022 no âmbito da federação estudada, o Paraná, e em seguida estão a apresentação da coleta de dados analisados na pesquisa e a as considerações sobre os resultados encontrados e as possíveis limitações do estudo.

QUANDO E COMO O DINHEIRO IMPORTA EM UMA ELEIÇÃO

Nos últimos anos, houve aumento considerável de pesquisas que tratam do efeito do dinheiro nas eleições brasileiras – existem diversas abordagens teóricas e empíricas sobre o papel do capital financeiro na escolha dos representantes políticos em diferentes níveis de disputa (Speck; Cervi, 2016; Sampaio; Figueiredo, 2019; Deschamps; Junckes;

Horochovski; Camargo, 2021; Silva, 2017; Heiler; Viana; Santos, 2016). No entanto, independentemente da abordagem sobre o tema, observa-se na literatura que o dinheiro importa, em diferentes condições e de diversas formas, bem como que tem influência direta nas condições de disputa pelos votos³.

Tal agenda de pesquisa têm abordagens que tratam da importância do dinheiro para a distribuição de tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) e a avaliação do governo (Borba; Cervi, 2017; Speck; Cervi, 2014; Speck; Cervi, 2012), passando também por abordagens teóricas que se debruçam sobre as doações empresariais (quando elas ainda eram permitidas) para o financiamento de candidaturas (Figueiredo Filho, 2005; Speck, 2006; Silva, 2010; Cervi, 2013; Heiler; Viana; Santos, 2016; Speck, 2016b; Mancuso; Horochovoski, 2018; Fonseca, 2017; Carazza, 2018)⁴.

Entre os estudos já disponíveis na literatura há aqueles que observam a relação entre política e dinheiro de forma negativa e quase sempre fora da lei, causando prejuízo direto à democracia e aos cidadãos (Abramo, 2004; Xavier, 2011; Speck, 2012; Campos; Assis Junior, 2012; Reis, 2013; Sarmiento; Osorio, 2015; Moraes; Andion; Pinho, 2017)⁵. A agenda de pesquisa sobre o tema é vasta e tem abordagens variadas sobre a relação entre o dinheiro e a escolha dos representantes políticos.

Uma das abordagens disponíveis é aquela feita por Mancuso (2015). Nesse caso, o autor trata do investimento eleitoral, mais especificamente o investimento aplicado pela elite empresarial, em algumas campanhas e seus reflexos no exercício do poder democrático. Para o pesquisador, quando as campanhas passam a ser influenciadas pelos recursos privados, há um problema de finalidade na escolha dos representantes. Mancuso (2015, p. 158) diz que:

[...] a concentração do investimento eleitoral em poucas empresas de grande porte pode afetar valores democráticos importantes, tais como a igualdade política, distorcendo-a em favor dos grandes financiadores, e a competição política, enviesando-a em favor dos concorrentes mais bem financiados. Além

³ Cabe aqui destacar que existe um esforço em específico na literatura em apontar quando o dinheiro “importa menos”. Tal esforço de pesquisa estaria relacionado à prática da política entre os evangélicos e pode ser conferida nos trabalhos de Netto (2016) e Netto e Speck (2017). Nessas pesquisas, a relação entre dinheiro e política não é diminuída, ao contrário, há um esforço de compreender como, em alguns casos, candidatos(as) evangélicos(as) dependem menos do dinheiro por possuírem outros artifícios, como a rede de contatos de suas respectivas igrejas.

⁴ Cabe destacar que também existe uma agenda de pesquisa que trata de estudos comparados, avaliando o tipo de financiamento realizado no Brasil com os demais modelos vigentes na América Latina, por exemplo. Entre tais pesquisas está o estudo de Zovatto (2005).

⁵ Há uma vasta literatura sobre as relações entre dinheiro e política. Uma revisão sistemática dos principais trabalhos feitos sobre o tema é apresentada por Horochovski e Mancuso (2021).

disso, pode levar a problemas tais como a troca de favores ilícitos entre financiadores e financiados; a extorsão de financiadores por políticos; o desestímulo ao envolvimento político dos mais pobres; a perda de legitimidade dos representantes; o desencanto e a desconfiança na política, entre outros.

Também existem pesquisas que buscam estabelecer uma relação direta entre os valores recebidos por uma campanha e o resultado da competição eleitoral. Sendo assim, um dos achados mais significantes da literatura são as pesquisas de Samuels (2001, 2002). A primeira delas (Samuels, 2001) teve como objeto a eleição para a Câmara dos Deputados em 1994 e 1998. Para o pesquisador, os achados desse estudo mostram que “o dinheiro tem um efeito tremendo sobre os resultados das eleições legislativas” (Samuels, 2001, p. 20).

No estudo seguinte, Samuels (2002) analisa a volatilidade eleitoral (variação de votos recebidos por um político em diferentes pleitos) de candidatos(as) às cadeiras na Câmara dos Deputados nas eleições de 1990 e 1994. Nessa pesquisa, Samuels (2002) sugere que, para todos(as) os(as) candidatos(as), o volume de ganho de votos tendeu a acompanhar o volume de ganho de recursos de financiamento, ou seja, quanto mais dinheiro, mais votos.

Se o dinheiro parece importar quando se olha para a disputa para a Câmara dos Deputados em nível nacional, quando o nível passa a ser a disputa por vagas nas federações, a tendência se mantém. É isso o que revela outro estudo de Mancuso (2012) que foca na disputa por vagas para deputado federal⁶ em São Paulo, em 2002 e 2006. Tal estudo demonstra que o financiamento político, em geral, e o financiamento de pessoas jurídicas, em específico, mostraram-se como variáveis fortemente associadas ao sucesso eleitoral⁷, ou seja, em diferentes níveis e de diferentes formas, a literatura sobre o tema aponta para o consenso de que o dinheiro importa na disputa eleitoral – com algumas exceções (Cervi; Bolognesi, 2011). No entanto, ainda haveria questões não respondidas pela literatura sobre o tema ou perguntas que estão, aos poucos, sendo tensionadas e avaliadas. Na visão de Mancuso (2015), se por um lado já se sabe que o dinheiro importa, pouco se conhece sobre que tipo de gasto influencia mais cada tipo de eleitor(a) ou se há um perfil de eleitor(a) mais suscetível ao gasto eleitoral do que outro.

⁶ Também há na literatura um debate sobre a possibilidade de os deputados que mais executam emendas serem aqueles que mais recebem financiamento privado (Samuels, 2002). Como esse tipo de financiamento não é mais executado no Brasil, tal vertente não foi desenvolvida aqui.

⁷ O autor faz questão de destacar que os recursos financeiros são sim variáveis associadas positivamente ao sucesso eleitoral, mas não são as únicas. Ou seja: apesar de o dinheiro importar (e muito), existem outros condicionantes que dialogam com o sucesso eleitoral de um(a) candidato(a).

Tratando especificamente do debate sobre o custo por voto nas disputas eleitorais, há abordagens que partem de entendimentos puramente econômicos (Silva, 2013), assim como também existem enfoques que jogam luz sobre a composição das verbas que bancam as campanhas, tomando como objeto de pesquisa a eleição de prefeitos para capitais brasileiras em 2012 (Cazzolato; Candido, 2013).

Focando especificamente no custo por voto para a Câmara dos Deputados, Mohallem e Oliveira (2018) detalham tal objeto na votação de deputados evangélicos no pleito de 2010 e 2014 – a dupla chega a um resultado semelhante àquele já exposto nos trabalhos de Netto e Speck (2016), encontrando indicativos empíricos de que candidatos(as) evangélicos tendem a obter mais votos, com menos dinheiro disponível.

No caso brasileiro, a discussão sobre a relação entre dinheiro e eleições é influenciada por, ao menos, três acontecimentos recentes. O primeiro deles diz respeito ao progressivo encarecimento das campanhas eleitorais (Heiler; Viana; Santos, 2016) e tal fenômeno estaria ligado à profissionalização das campanhas eleitorais em seus diversos níveis que, quanto mais profissionais, mais caras. O segundo acontecimento trata da maior rigidez do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na prestação de contas apresentadas pelos(as) candidatos(as) – esse avanço na fiscalização constrangeria, cada vez mais, a prática do Caixa 2 e outros ilícitos (Mancuso, 2015).

O terceiro acontecimento que influencia os estudos sobre dinheiro e política trata, especificamente, da proibição do recebimento de doações empresariais (pessoas jurídicas) para as campanhas eleitorais. Vigente deste 2016, a nova regra provocou algumas mudanças na maneira como as campanhas se financiam, entre elas o maior índice de autofinanciamento entre os(as) candidatos(as) a prefeito(a) nas eleições que se seguiram, o que também ampliou os indícios de Caixa 2 e que colocaria em xeque a eficácia da Reforma Eleitoral que impôs tal medida (Reis; Eduardo, 2019).⁸

Nesse trabalho, também há a intenção de testar a eficácia do chamado “efeito Jacobson”. O pesquisador encontrou impactos distintos dos recursos financeiros para candidatos(as) à reeleição e desafiantes (aqui chamados de novatos). Segundo Jacobson (1978), os gastos para os candidatos à reeleição teriam impactos negativos, no entanto os recursos financeiros teriam impactos positivos para os desafiantes.

⁸ Nota-se que há divergência no que tais mudanças causam no mundo da política. Para Mancuso (2015), a maior rigidez eleitoral constrangeria (cada vez mais) a prática do Caixa 2. Já para Reis e Eduardo (2019), a proibição das doações empresariais ampliaria os indícios de Caixa 2. Tais autores analisam esses acontecimentos com perspectivas diferentes entre si.

A explicação teórica do autor é a de que um(a) candidato(a) à reeleição não precisaria gastar tanto em propaganda, uma vez que já é conhecido pelo eleitorado. Quando fazia o contrário, ou seja, aplicava mais recursos financeiros neste esforço de campanha, esse(a) candidato(a) à reeleição estava fragilizado perante os(as) eleitores(as)⁹.

Com a exposição do estado da arte da literatura que trata do tema, a intenção não é esgotar o assunto do ponto de vista teórico. Ao contrário, o intuito foi apresentar um panorama geral das pesquisas que tratam da temática e localizar este artigo em tal cenário. A proposta desse estudo é compreender a variação do custo por voto para deputado federal no Paraná em 2022 a partir de diferentes variáveis – aqui cabe destacar que a variável custo por voto é calculada pela divisão simples do total gasto declarado em uma campanha e os votos obtidos por aquela candidatura. Com isso, o que aqui se propõe é compreender as nuances desta relação (dinheiro x voto) a partir de algumas variáveis explicativas.

A primeira das variáveis explicativas diz respeito ao gênero dos(as) candidatos(as) (homens e mulheres), em seguida está o partido político (legenda pela qual o(a) candidato(a) disputou o pleito e se elegeu) e a condição de tipo de candidato(a) – se aquela candidatura buscava reeleição imediata para o cargo de deputado(a) federal ou se aquele político estreava em uma cadeira na Câmara Federal.

O CONTEXTO DA ELEIÇÃO DE 2022 NO PARANÁ

Para melhor compreensão do cenário, em que os paranaenses escolherem 30 deputados(as) para representarem o Estado em Brasília, este tópico apresenta um breve contexto do que foi a disputa em 2022. Parte-se do princípio de que a eleição para a Câmara dos Deputados no Paraná foi eclética: reunindo desde um ex-governador de volta à vida pública após a prisão, ex-autoridades judiciais ingressando na política e candidatos(as) sem qualquer experiência eleitoral prévia.

⁹ O efeito Jacobson (1978) já foi testado e questionado por outros pesquisadores. Gerber (1998), por exemplo, defende que os gastos de campanha seriam um claro exemplo de endogeneidade: não existiria uma via de mão única na causalidade de dinheiro em relação aos votos. Isso aconteceria porque, na eleição dos EUA, por exemplo, a capacidade de angariar votos de um(a) candidato(a) estivesse fortemente relacionada à capacidade de ele(a) angariar recursos. No caso brasileiro, tal efeito já foi testado por Peixoto (2012).

Ao todo, foram 632 candidaturas registradas para o cargo de deputado(a) federal pelo Paraná – destas 22 (3,48%) foram indeferidas pela Justiça Eleitoral por motivos diversos, como negativa do registro e falta de documentos. Entre os postulantes ao cargo de deputado(a) federal estavam 56 profissionais ligados à educação, além de oito profissionais ligados à segurança pública e 47 advogados – a “bancada da OAB” seria quase tão representativa quando a bancada da educação.

A corrida por uma vaga em Brasília representando o Paraná também contou com 22 vereadores(as) que disputaram o pleito – estes participaram da eleição sem se desligarem dos cargos que ocupavam nos respectivos Legislativos Municipais, como prevê a legislação. Só em Curitiba, eram seis vereadores(as) tentando o cargo de deputado federal no pleito de 2022.

Para se ter uma noção da miscelânea de nomes que participaram da corrida eleitoral por uma vaga em Brasília representando o Paraná, estiveram na disputa o ex-governador Beto Richa (PSDB), o lutador de MMA, Wanderlei Silva (PP), o ex-prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), e o ex-procurador da Lava Jato, Deltan Dallagnol (Podemos), entre outras figuras reconhecidas do cenário estadual¹⁰.

O índice de candidatos(as) buscando a reeleição era alto no Paraná: dos 30 deputados(as) federais membros da bancada naquele momento, 26 deles(as) (86% da bancada) buscavam renovar o mandato em Brasília. Desse total de postulantes à reeleição, 19 conseguiram mais quatro anos de mandato na Capital Federal e foram reeleitos no pleito de 2022.

COLETA DE DADOS E FORMAÇÃO DO CORPUS

Os dados utilizados na pesquisa foram coletados junto aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a formação do banco de dados foi realizada com informações oriundas tanto do *DivulgaCand*, sistema eletrônico de divulgação de contas eleitorais, como também do repositório de dados do TSE. Dessa forma, o próximo passo foi detalhar a formação das variáveis inclusas no banco.

¹⁰ Cabe destacar que tal variedade de candidaturas não é exclusividade paranaense. Em vários outros estados, a disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados contou com políticos tarimbados, celebridades e novatos. Em comparação com 2018, os “famosos” tiveram menos sucesso na empreitada eleitoral. Veja mais em: <https://www.estadao.com.br/politica/candidatos-famosos-nao-eleitos-2022/>. Acesso em: 4 set. 2023.

O *corpus* da pesquisa foi formado por informações dos 30 deputados(as) federais eleitos(as) em 2022 pelo Estado do Paraná – as variáveis incluídas no banco foram usadas para as análises posteriores, inclusive nos testes das hipóteses inicialmente apresentadas. A primeira variável incluída na pesquisa trata do partido pelo qual o(a) candidato(a) se elegeu.

Em seguida, o *corpus* inclui a variável gênero (homem ou mulher). Por fim, a última variável nominal apresentada diz respeito à condição do(a) candidato(a): se ele(a) era novato(a) na Câmara ou havia sido reeleito(a). Essa variável foi usada para criar dois grupos distintos: aqueles(as) que se reelegeram para a Câmara e aqueles que estreavam em Brasília – uma das análises também busca testar uma hipótese nesse sentido.

Cabe destacar que aqui foram considerados reeleitos(as) aqueles(as) que conseguiram um novo mandato de modo consecutivo na Câmara. Com isso, políticos com ampla carreira, mas que ou estreavam na Câmara dos Deputados ou vinham de um período sem mandato, foram classificados como novatos(as) nas eleições de 2022. Ou seja: candidatos(as) com ampla carreira política prévia, mas novatos(as) na Câmara, foram considerados(as) novatos(as).

As últimas duas variáveis da pesquisa são numéricas e usadas para calcular o custo por voto de cada candidatura bem-sucedida (eleita) e incluída no *corpus*. A primeira variável diz respeito ao valor total declarado pela campanha. Aqui cabe destacar que, apesar da diferença de tamanho entre as UFs brasileiras, o teto para a campanha de deputado federal é o mesmo em todo o Brasil: R\$ 3.176.572,53¹¹. Dessa forma, para cada candidatura eleita, houve a inclusão do valor total declarado por aquele(a) candidato(a). A base de dados também traz a informação se aquele(a) candidato(a) foi eleito(a) por quociente próprio ou por quociente partidário. Por fim, a última variável trata especificamente do número de votos obtidos por deputado(a) eleito(a).

A métrica de custo por voto vem da divisão simples do total de gastos declarados(as) por candidato dividido pelo número de votos por ele(a) obtido no pleito de 2022. Para fins de visualização e compreensão, o Quadro 1 apresenta a organização das variáveis incluídas no banco de dados – a terceira coluna do quadro traz um exemplo retirado do *corpus* para simplificar o entendimento.

¹¹ Em média, os(as) deputados(as) eleitos(as) investiram, cada um, R\$ 1,9 milhão na campanha eleitoral de 2022.

Quadro 1 – Variáveis do banco de dados exemplificadas

Variável	Explicação	Exemplo aplicado
Nome do candidato	Nome de urna cadastrado pelo(a) deputado(a) eleito(a)	Gleisi Hoffmann
Partido	Legenda pela qual o(a) candidato(a) disputou o pleito	PT
Gênero	Gênero pelo qual o(a) candidato(a) se identificou	Mulher
Reeleito ou novato	Condição do(a) candidato(a) naquela disputa	Reeleita
Gasto de campanha	Gasto total declarado pelo(a) candidato(a)	R\$ 2.705.327,21
Votos	Votos obtidos pela candidatura	261.242
Custo por voto	Divisão simples do gasto total declarado pelos votos obtidos	R\$ 10,35

Fonte: o autor (2023).

Exposto isso, o próximo tópico da pesquisa apresenta os dados de modo pormenorizado, levando em contas as variáveis elencadas. Para dar mais transparência à pesquisa e também permitir que os pares realizem testes e inferências sobre o conteúdo do banco de dados, uma cópia do *corpus* foi disponibilizada para eventuais testes extras¹².

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Este tópico do artigo apresenta e problematiza os valores de custo por voto dos(as) 30 deputados(as) federais eleitos(as) pelo Paraná em 2022. O primeiro passo da análise é buscar compreender, em conjunto, os valores encontrados entre todos(as) os(as) eleitos(as) naquele pleito na Unidade Federativa, para depois observar as demais variáveis, como gênero e partido.

Cabe destacar que, muitas vezes, o custo por voto é apresentado levando em conta o custo médio e o custo mediano¹³. Nesse caso, a preocupação é evitar algum desvio (ou ao menos amenizar o efeito) dentro do banco de dados. Um exemplo disso é que em colégios eleitorais mais numerosos, há números de custo por voto muito diferente entre um mesmo grupo de eleitos(as). Há ainda a necessidade de se considerar que

¹² Uma cópia do banco de dados pode ser encontrada neste *link*: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1yJEJWxvWcwG5qBKUmsVLggF5nd0t2pFXoQy32q7X1wl/edit?usp=sharing>.

¹³ Ao apresentar as duas opções (média e mediana), o intuito é oferecer ao(a) leitor(a) uma opção de análise. Isso porque, em grupos com valores de custo por voto muito discrepantes entre si, a média tende a ser alterada – já que esta leva em conta todo o *corpus*. Por sua vez, o cálculo da mediana é literalmente aquele que está no meio da amostra, dividindo o banco em duas metades: a de baixo e a de cima.

alguns(algumas) deputados(as) são eleitos(as) por coeficiente próprio, quando a candidatura sozinha supera o coeficiente eleitoral, e outros que são eleitos(as) por coeficiente partidário, ou seja, “dependeram” dos votos dos demais colegas de partido ou federação para conquistarem a vaga.

Exposto isso, o primeiro dado a ser apresentado trata do custo médio e mediano da conquista de um voto para deputado federal no Paraná em 2022. Os dados revelam que o custo médio, levando em conta todos(as) os(as) 30 eleitos(as) na legislatura, foi de R\$ 23,22, enquanto o custo mediano se apresentou como R\$ 22,71 – uma pequena variação entre o custo médio e mediano na federação.

No entanto, quem foram aqueles(as) que conquistaram o melhor desempenho na relação entre gasto de campanha e número de votos obtidos no Estado? Para ajudar na resposta a essa pergunta, a Tabela 1 reúne os(as) 10 deputados(as) com os menores (e melhores) custos por voto do Paraná. Além das variáveis de partido e gênero, a tabela também apresenta uma variável nominal de sim ou não para os(as) candidatos(as) eleitos(as) com quociente próprio¹⁴ ou não (aqueles que tiveram votos suficientes para serem eleitos sozinhos estão assinalados com sim).

A partir da tabela 1 já é possível depreender alguns aspectos do custo por voto para deputado federal no Paraná em 2022. O primeiro deles é que há forte equilíbrio entre novatos(as) e reeleitos(as) no “top 10 paranaense” – cinco dos melhores custos por voto são de estreantes em Brasília, enquanto outros cinco pertencem a deputados(as) reeleitos(as).

No entanto, a similaridade entre as variáveis não se aplica quando o foco é o gênero dos(as) deputados(as). Entre os 10 melhores custos por voto do Paraná, apenas dois pertencem a mulheres – Gleisi Hoffmann e Carol Dartora, ambas do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo a primeira reeleita e a segunda uma novata na Câmara dos Deputados.

¹⁴ O Quociente Próprio (QP) é calculado a partir do Quociente Eleitoral e do Quociente Partidário, obtido pela soma do número de votos válidos do pleito dividido pelo número de cadeiras disponíveis. Em seguida, calcula-se o Quociente Partidário, dividindo o número de votos de cada partido ou federação pelo Quociente Eleitoral. Com isso, o QP é representando por quando, sozinho(a), o(a) candidato(a) supera a marca do Quociente Partidário, sendo eleito(a) sem “precisar” dos votos de outros colegas da chapa.

Tabela 1 – Candidatos(as) com os 10 menores custos por voto do Paraná

Deputado (a)	Partido	Gênero	Candidato	Gasto de campanha (R\$)	Votos obtidos	Custo por voto	Eleito por QP?
Deltan Dallagnol	Podemos	Homem	Novato	2.033.135,54	344.917	R\$ 5,89	Sim
Gleisi Hoffmann	PT	Mulher	Reeleito	2.705.327,21	261.242	R\$ 10,35	Sim
Carol Dartora	PT	Mulher	Novato	1.377.063,95	130.654	R\$ 10,53	Não
Sargento Fatur	PSD	Homem	Reeleito	1.759.921,76	161.500	R\$ 10,89	Não
Beto Preto	PSD	Homem	Novato	2.264.717,14	206.898	R\$ 10,94	Sim
Delegado Matheus Laiola	União Brasil	Homem	Novato	1.507.265,79	132.759	R\$ 11,35	Não
Filipi Barros	PL	Homem	Reeleito	2.936.773,34	249.507	R\$ 11,77	Sim
Giacobo	PL	Homem	Reeleito	1.845.514,23	152.342	R\$ 12,11	Não
Sandro Alex	PSD	Homem	Reeleito	2.422.913,83	168.157	R\$ 14,40	Não
Tadeu Veneri	PT	Homem	Novato	1.269.662,67	84.758	R\$ 14,97	Não

Fonte: o autor (2023).

Ainda observando a tabela 1, agora com foco no partido, entre os(as) 10 deputados(as) elencados(as), há três deles(as) eleitos(as) pelo PT, três filiados(as) ao PSD, dois do PL, um do União Brasil (UB) e um do Podemos. É, inclusive, o filiado ao Podemos o deputado federal que, claramente, desempenhou o papel de *outlier* na eleição de 2022.

Ex-coordenador da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol estreou na vida pública em 2022, quando se candidatou ao cargo de deputado federal. Filiado ao Podemos, Deltan foi dono da melhor votação do Estado para o cargo, obtendo mais de 344 mil votos. Com um investimento de pouco mais de R\$ 2 milhões na campanha, Deltan representou o melhor custo por voto do Estado, com R\$ 5,89 investidos para cada voto obtido¹⁵.

¹⁵ Deltan teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por ser considerado “Ficha Suja” – o procurador pediu exoneração do Serviço Público quando tramitavam contra ele processos disciplinares diversos. Veja mais em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/deltan-dallagnol-perde-o-mandato-camara-confirma-decisao-do-tse/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

Ainda sobre a tabela 1, cabe destacar que quatro dos 10 integrantes da seleção dos melhores custos por voto foram eleitos(as) com votações próprias, sem depender de votos da legenda ou de outros colegas de partido. Os(As) eleitos por quociente próprio foram Deltan, Gleisi, Beto Preto e Filipi Barros – entre as explicações para o desempenho desses(as) candidatos(as) há algo em comum.

O quarteto pertence a partidos políticos distintos, mas guarda uma característica comum: a constante exposição midiática. Deltan foi coordenador da Lava Jato e encabeçou a denúncia contra o então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Gleisi, por sua vez, é o nome de maior destaque do partido no Estado, já tendo sido senadora pelo Estado (2011-2019), Ministra-Chefe da Casa Civil (2011-2014) e presidindo o PT nacionalmente, sendo a principal voz do partido durante a prisão de Lula.

Já Beto Preto foi secretário de Saúde do Governo do Paraná durante a pandemia de Covid-19, gozando de amplo espaço midiático, assim como Beto, que acumula uma vasta carreira na política municipal paranaense¹⁶. Por sua vez, Filipi Barros¹⁷ é um dos principais nomes ligados ao bolsonarismo no Paraná, sendo nominado como “01 do então presidente” no Estado, ou seja, cada um a seu modo, os(as) eleitos(as) com quociente próprio de votos no Paraná foram deputados(as), especialmente novatos(as), com ampla exposição midiática anterior ao pleito. O argumento aqui usado é de que tal exposição midiática prévia acabou por conceder um importante capital político para a campanha eleitoral de 2022 desses quatro deputados.

Dito isso, o próximo passo do estudo é apresentar o custo por voto (do menor para o maior) de todos(as) os(as) deputados(as) eleitos(as) pelo Paraná no pleito de 2022. Cabe destacar que a divisão do valor mediano é destacada na Tabela 2, para possibilitar a compreensão de quais foram os candidatos que estiveram abaixo dessa métrica e os que tiveram custo por votos superiores à mediana do grupo.

Diante do exposto, ao observarmos as 30 candidaturas eleitas, com foco agora na parte inferior da tabela, nota-se que apenas 13 dos(as) 30 deputados(as) vitoriosos(as) tiveram índices de custo por voto superiores à mediana no Paraná. O pior custo por voto obtido de todo o Paraná é do ex-governador do Estado, Beto Richa (PSDB). Richa só

¹⁶ Para saber mais sobre a trajetória de Beto Preto, leia: <https://tribunadonorte.com/politica/beto-preto-faz-historia-e-se-elege-deputado-federal-com-206-mil-votos-689634>. Acesso em: 6 jul. 2023.

¹⁷ Barros acompanha Bolsonaro há alguns anos e já tem sido cotado para concorrer à Prefeitura de Londrina, a segunda maior cidade do Estado, em 2024. Veja mais em: <https://tribunadonorte.com/noticias/politica/deputado-filipe-barros-lidera-pesquisa-para-prefeito-de-londrina-768099>. Acesso em: 7 jul. 2023.

assumiu a cadeira diante do impedimento de Jocelito Canto (também do PSDB), que teve o registro indeferido pela Justiça Eleitoral¹⁸.

Tabela 2 – Candidatos com os 10 menores custo por voto do Paraná

Deputado(a)	Partido	Gênero	Candidato:	Gasto de campanha:	Votos obtidos	Custo por voto
Deltan Dallagnol	Podemos	Homem	Novato	2.033.135,54	344.917	R\$ 5,89
Gleisi Hoffmann	PT	Mulher	Reeleito	2.705.327,21	261.242	R\$ 10,35
Carol Dartora	PT	Mulher	Novato	1.377.063,95	130.654	R\$ 10,53
Sargento Fahur	PSD	Homem	Reeleito	1.759.921,76	161.500	R\$ 10,89
Beto Preto	PSD	Homem	Novato	2.264.717,14	206.898	R\$ 10,94
Del. Matheus Laiola	União Brasil	Homem	Novato	1.507.265,79	132.759	R\$ 11,35
Filipi Barros	PL	Homem	Reeleito	2.936.773,34	249.507	R\$ 11,77
Giacobo	PL	Homem	Reeleito	1.845.514,23	152.342	R\$ 12,11
Sandro Alex	PSD	Homem	Reeleito	2.422.913,83	168.157	R\$ 14,40
Tadeu Veneri	PT	Homem	Novato	1.269.662,67	84.758	R\$ 14,97
Geraldo Mendes	PSD	Homem	Novato	1.135.606,02	71.990	R\$ 15,77
Diego Garcia	Republicanos	Homem	Reeleito	1.123.843,42	65.416	R\$ 17,17
Felipe Francischini	União Brasil	Homem	Reeleito	2.983.969,43	164.342	R\$ 18,15
Enio Verri	PT	Homem	Reeleito	2.036.470,68	95.172	R\$ 21,39
Paulo Litro	PSD	Homem	Novato	1.870.363,90	82.707	R\$ 22,61
Zeca Dirceu	PT	Homem	Reeleito	2.808.283,78	123.033	R\$ 22,82
Ricardo Barros	PP	Homem	Reeleito	2.475.573,41	107.022	R\$ 23,13
Leandre	PSD	Mulher	Reeleito	1.968.807,77	80.359	R\$ 24,50
Dilceu Sperafico	PP	Homem	Novato	1.659.703,37	61.689	R\$ 26,90
Pedro Lupion	PP	Homem	Reeleito	3.046.752,86	109.043	R\$ 27,94
Aliel Machado	PV	Homem	Reeleito	2.660.011,34	94.839	R\$ 28,04
Sérgio Souza	MDB	Homem	Reeleito	3.098.920,38	105.661	R\$ 29,32
Tião Medeiros	PP	Homem	Novato	3.296.567,65	109.344	R\$ 30,14
Luciano Ducci	PSB	Homem	Reeleito	3.015.802,89	95.521	R\$ 31,57
Padovani	PSD	Homem	Novato	1.828.459,11	57.185	R\$ 31,97
Toninho Wandscheer	PROS	Homem	Reeleito	2.943.076,07	74.263	R\$ 39,63
Vermelho	PL	Homem	Reeleito	2.830.748,67	70.790	R\$ 39,98
Luísa Canziane	PSD	Mulher	Reeleito	3.167.225,48	74.643	R\$ 42,43
Luiz Nishimori	PSD	Homem	Reeleito	3.116.684,77	73.202	R\$ 42,57
Beto Richa	PSDB	Homem	Novato	3.066.561,00	64.868	R\$ 47,27

Fonte: o autor (2023).

Ainda com foco na tabela 2, cabe notar que nove dos(as) 13 candidatos(as) com custo por voto no Paraná abaixo da mediana no Estado eram deputados(as) em busca da reeleição. Ou seja, ao contrário do que se estimava, observando apenas a tabela 2,

¹⁸ Leia mais em: [https://www.bemparana.com.br/noticias/politica/tse-nega-recurso-de-jocelito-canto-e-beto-richa-vai-assumir-mandato-como-deputado/#:~:text=Eleições%202022-.TSE%20nega%20recurso%20de%20Jocelito%20Canto%2C%20e%20Beto,vai%20assumir%20mandato%20como%20deputado&text=O%20Tribunal%20Superior%20Eleitoral%20\(TSE,teve%20a%20sua%20candidatura%20indeferida](https://www.bemparana.com.br/noticias/politica/tse-nega-recurso-de-jocelito-canto-e-beto-richa-vai-assumir-mandato-como-deputado/#:~:text=Eleições%202022-.TSE%20nega%20recurso%20de%20Jocelito%20Canto%2C%20e%20Beto,vai%20assumir%20mandato%20como%20deputado&text=O%20Tribunal%20Superior%20Eleitoral%20(TSE,teve%20a%20sua%20candidatura%20indeferida.). Acesso em: 5 jul. 2023.

os dados sugerem que conquistar votos acaba sendo mais caro para parlamentares que já estão no exercício do mandato¹⁹.

Para aprofundar tal avaliação, a próxima tabela apresenta a média e a mediana dividindo os 30 eleitos em dois grupos distintos: os(as) novatos(as) e os(as) reeleitos(as). A tabela traz o número de candidatos(as) em cada tipologia do *corpus*, seguida do valor médio de custo por voto e também do valor mediano – aqui a proposta é tensionar a hipótese de que candidatos(as) com mandato gastam menos para obter um voto.

Tabela 3 – Indicativos entre reeleitos e novatos no Paraná em 2022

Tipo de candidato	N	Média	Mediana
Reeleito(a)	19 (63,33%)	R\$ 24,64	R\$ 23,13
Novato(a)	11 (36,66%)	R\$ 20,76	R\$ 15,77

Fonte: o autor (2023).

Os dados da tabela 3 colaboram para que a hipótese de que políticos com mandato gastariam menos para obter um voto para deputado(a) federal no Paraná seja descartada. Entre os(as) reeleitos(as), o custo médio por voto foi de R\$ 24,64 (18% maior do que o custo médio entre os(as) novatos(as)), enquanto a mediana entre aqueles(as) que possuíam mandato foi de R\$ 23,13 (46,67% a mais do que o mesmo índice entre os(as) novatos(as)). Ou seja, os dados da disputa por uma vaga de deputado(a) federal representando o Paraná em 2022 mostram que conquistar votos custou mais dinheiro para políticos que já ocupavam o cargo. Uma possível explicação para isso talvez venha do desgaste de candidaturas de membros da elite política – nomes como Toninho Wandscheer (PROS) e Luiz Nishimori (PSC) são alguns exemplos.

Para tornar o resultado da pesquisa mais robusto, optou-se pela realização do Teste T, que é utilizado para averiguar se há diferenças significantes entre as médias de dois grupos. Para aplicação do teste T, antes é necessário aplicar o chamado Teste F, o que se faz necessário para só então escolher qual tipo de teste T será aplicado para comparar os dados do custo médio por voto entre reeleitos(as) e novatos(as) no Paraná em 2022.

¹⁹ Pode-se questionar se o desempenho de Dallagnol não estaria enviesando o custo por voto dos novatos(as) paranaenses. Para afastar tal possibilidade, o cálculo de média e mediana para o grupo dos novatos foi realizado retirando Dallagnol, um *outlier*, do *corpus*. Sem levar em conta os dados do ex-procurador, a média do grupo fica em R\$ 23,55 e a mediana em R\$ 22,61 para cada voto obtido. Como se verá na tabela 3, a média dos novatos incluindo o ex-procurador foi de R\$ 20,76 – ou seja, mesmo sem o *outlier*, os novatos paranaenses tiveram um custo por voto melhor do que os que buscavam a reeleição.

Dito isso, a Tabela 4 traz os resultados dos testes F e T. A realização do teste F entre os gastos médios por voto de novatos(as) e reeleitos(as) apresentou um Pvalor de 0,43, ou seja, como a significância nesse caso é de 0,05%, o valor de P é maior que o da significância, demonstrando que, a princípio, não haveria diferença significativa entre as médias dos dois grupos, sendo as variâncias supostamente iguais.

Tabela 4 – Resultados dos testes T e F

Teste realizado	Resultado de P Valor
Teste F	0,439835
Teste T	0,2709094

Fonte: o autor (2023).

Com base no resultado do teste F, parte-se para a realização do teste T na variância entre dois grupos – nesse caso optou-se por um tipo de variação igual entre as duas amostras como sugeriu o teste F, realizado inicialmente²⁰. Com isso, o resultado de P valor no Teste T foi de 0,2709094, maior que 0,05, sugerindo que não existe diferença estatística entre as médias dos dois grupos. Nesse caso, a diferença estatística no custo por voto entre novatos e reeleitos não seria estatisticamente relevante.

O que se observa a partir disso é que se neste caso é possível descartar a hipótese de que os políticos com mandato gastariam menos para obter votos, é preciso pontuar que a diferença estatística entre os dois grupos não se mostrou estatisticamente relevante.

Por fim, testam-se agora as hipóteses relativas à diferença entre homens e mulheres no custo por voto e também o tamanho da bancada e o custo por voto do grupo, afinal: variáveis como gênero e partido político revelam diferenças significativas na aplicação de recursos financeiros para conquista de votos quando observamos os(as) deputados(as) eleitos no Paraná em 2022?

Tabela 5 – Média e mediana entre homens e mulheres no Paraná em 2022

Tipo de candidato	N	Média	Mediana
Homens	26 (86,66%)	R\$ 23,41	R\$ 22,71
Mulheres	4 (13,33%)	R\$ 21,95	R\$ 17,51

Fonte: o autor (2023).

²⁰ Cabe destacar que se o teste F tivesse apresentado um resultado distinto, com variações estatisticamente significantes, o tipo de teste T escolhido deveria ser diferente, optando-se então pelo teste entre duas amostras heterocedásticas.

Antes de se analisar o custo médio e o custo mediano entre os dois gêneros, é preciso ressaltar a grande diferença entre homens e mulheres na bancada paranaense: 26 membros da bancada são homens (86,66%) e apenas quatro (13,33%) são mulheres. Cabe salientar que tal disparidade entre homens e mulheres não é uma exclusividade do Paraná, ao contrário, tal tendência se aplica ao Brasil como um todo²¹.

Também ao contrário do que se esperava inicialmente, o custo para uma mulher obter um voto é consideravelmente menor do que para um homem. Enquanto o custo médio para obter um voto entre homens foi de R\$ 23,41, o custo médio entre as quatro mulheres eleitas pelos paranaenses foi de R\$ 21,95, isto é, obter um voto foi para as deputadas eleitas 6,65% mais barato do que para os homens.

Com o intuito de tornar o resultado mais assertivo, também se aplica aqui a dinâmica do teste F e do teste T às diferenças de custo médio por voto entre homens e mulheres no Paraná em 2022. O resultado está disposto na Tabela 6, revelando que, *a priori*, não haveria diferenças estatisticamente relevantes entre os dois grupos (resultado do teste F superior a 0,05) e o teste T, realizado levando em conta o resultado do teste F, confirmou que não há divergências significativas entre o custo médio por voto entre homens e mulheres no Paraná (o resultado do p valor aqui foi de 0,27).

Tabela 6 – Resultados dos testes T e F

Teste realizado	Resultado de p valor
Teste F	0,439835
Teste T	0,2709094

Fonte: o autor (2023).

Por fim, observa-se o custo por voto entre os partidos/federações que elegeram deputados federais pelo Paraná em 2022. A Tabela 7 traz esses dados sistematizados, usando como critério de organização o tamanho da bancada do partido/federação. A coluna N apresenta o número de candidaturas daquele grupo e qual porcentagem da bancada paranaense representa aquele partido ou federação.

²¹ A bancada eleita em 2022 é composta por 91 mulheres – a maior bancada feminina da história. Apesar disso, esse índice representa 17,7% do total de cadeira, enquanto as mulheres são maioria no eleitorado brasileiro. Veja mais em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1>. Acesso em: 7 jul. 2023.

Tabela 7 – Custo médio e mediano por partido/federação

Partido/federação	N	Média	Mediana
PSD	9 (30%)	R\$ 24,01	R\$ 22,61
PT/PV e PCdoB	6 (20%)	R\$ 18,24	R\$ 18,18
PP	4 (13,33%)	R\$ 22,80	R\$ 26,90
PL	3 (10%)	R\$ 21,29	R\$ 12,11
União Brasil	2 (6,66%)	R\$ 14,75	R\$ 14,75
REPUBLICANOS	1 (3,33%)	R\$ 17,17	R\$ 17,17
PSB	1 (3,33%)	R\$ 31,57	R\$ 31,57
PROS	1 (3,33%)	R\$ 39,63	R\$ 39,63
MDB	1 (3,33%)	R\$ 29,32	R\$ 29,32
PODEMOS	1 (3,33%)	R\$ 5,89	R\$ 5,89
PSDB/Cidadania	1 (3,33%)	R\$ 47,27	R\$ 47,27
Total	30 (100%)	*	*

Fonte: o autor (2023).

A partir dos dados da tabela 7 não é possível confirmar completamente a hipótese de que as maiores bancadas são aquelas que representam o melhor (menor) custo por voto. A maior bancada do Paraná foi formada pelo partido do governador Ratinho Junior, o PSD, e teve custo médio de R\$ 24,01 para cada voto obtido. Enquanto isso, o menor custo médio (retirando da análise o Podemos, partido que deu abrigo a um *outlier*, como já descrito anteriormente) foi do União Brasil, com custo médio por voto de R\$ 14,75.

No entanto, a reunião dos eleitos em partidos mostra algumas tendências. A primeira delas é a de que grupos que elegeram as maiores bandas (o PSD e a federação PT, PV e PCdoB) tiveram custos médios e medianos por votos semelhantes – os dois grupos são seguidos por PP e PL. Cabe destacar que juntos o grupo formado por PSD, PT, PV, PP e PL reúne mais de 63% dos deputados eleitos pelo Paraná em 2022.

Em casos em que o partido elegeu apenas um deputado, como no caso do MDB, Podemos, PSDB e Cidadania, PROS, PSB e Republicanos, a análise acaba ficando limitada, já que há apenas uma candidatura no grupo, o que impede maiores diagnósticos a respeito do papel do partido na relação entre dinheiro e obtenção de votos para deputado federal.

Por fim, como forma de conceder mais robustez aos dados, um teste de análise de variância, conhecido como Anova, foi realizado entre os dados do custo médio por voto entre os partidos e federações – o princípio do teste é o mesmo do teste T, mas o Anova é considerado mais adequado para localizar diferenças estatisticamente significativas entre as médias de três ou mais grupos (Tabela 8).

Tabela 8 – Resultados do teste Anova entre os partidos e federações

Fonte de variação	SQ	GL	MQ	F	Valor de P	F crítico
Teste F	1828,42635	10	182,842635	3,24604711	0,01201029	2,34787757
Teste T	3454,26955	2	1727,13478	30,6622186	8,0926E-07	3,49282848
Erro	1126,55565	20	56,3277824	*	*	*
Total	6409,25155	32	*	*	*	*

Fonte: o autor (2023).

O principal achado empírico extraído do teste de variância entre os partidos e as federações está no valor do F (coluna 6) e de F crítico (coluna 7). Nesse caso, quando o valor de F é maior do que o de F crítico, há diferença significativa entre as amostras. Ou seja, o teste comprova que o custo por voto médio entre os partidos e federações teve variações estatisticamente significativas no Paraná em 2022.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise do custo por voto para deputado federal no Paraná em 2022 mostra outra faceta da relação entre política e dinheiro. A análise do grupo de 30 eleitos(as) para formar a bancada paranaense na Câmara dos Deputados permite depreender alguns indicativos do papel que o dinheiro desempenha na candidatura de um(a) deputado(a) federal.

Dessa forma, é preciso primeiro afastar (total ou parcialmente) duas das três hipóteses testadas nesse trabalho. A primeira delas é de que candidatos(as) com mandato gastariam menos para obter um voto quando comparados(as) com novatos(as). Os dados mostram o inverso: a diferença entre os dois grupos não é grande e nem é estatisticamente relevante como apontaram os testes, mas o voto acabou custando menos para quem pleiteava um primeiro mandato em Brasília, tendência que se mantém mesmo quando o *outlier*, Deltan Dallagnol (Podemos), é retirado do teste.

Uma explicação parcial para isso é a de que, na prática, um(a) candidato(a) só pode se dizer “renovação” para disputar um cargo uma vez, ou seja, quando ele(a) disputa aquele posto novamente, especialmente se já estiver cumprindo um mandato eletivo, o discurso de renovação e mudança não poderia ser (plenamente) utilizado. Dessa forma, os dados sugerem que o investimento em candidatos(as) novatos(as) tende a ser mais profícuo quando comparado ao grupo que está no poder.

Sobre o efeito Jacobson (1978), a análise da eleição paranaense para o cargo de deputado(a) federal em 2022 não traz indícios de aparecimento de tal fenômeno. Pelo contrário, os(as) candidatos(as) à reeleição são os(as) que mais gastaram na busca por votos, tendo a métrica de custo por voto mais elevada (em média e em mediana) do que os(as) novatos(as) – mas cabe destacar que o sistema eleitoral brasileiro é bastante diferente do sistema em que o(a) efeito(a) foi concebido(a), como já apontava Peixoto (2012).

A segunda hipótese a ser refutada é de que, por serem minoria na política, custaria “mais” para mulheres obterem votos do que para os homens. Os dados do Paraná sugerem o inverso: apesar de serem apenas quatro deputadas, as mulheres eleitas para o cargo no Estado em 2022 tiveram um custo por voto melhor (menor) do que aquele identificado entre os homens. Entretanto, estatisticamente, não há divergências significativas entre o custo médio por voto entre homens e mulheres no Paraná. Ou seja, apesar de terem pouco espaço na política institucional, as mulheres não representam um custo por voto pior do que aquele identificado entre os homens.

A terceira hipótese testada (aquela que prevê que quanto maior a bancada, menor o custo por voto) também precisa ser, ao menos, tensionada, senão refutada. Isso porque a observação dos dados mostra que a distribuição do custo médio e mediano por voto entre partidos e federações não se mostrou esclarecedora o suficiente para comprovar a hipótese.

Ao contrário disso, parece que existem outras variáveis que ajudam a explicar a relação de quanto um(a) candidato(a) investe em sua campanha e de quantos votos ele(a) obtém: o reconhecimento público prévio daquele(a) ator(a) político(a). Entre os(as) 30 deputados(as) federais eleitos(as) em 2022 pelo Estado do Paraná, apenas quatro se elegeram com quociente próprio (Deltan, Gleisi, Beto Preto e Filipi Barros), todos com ampla exposição midiática prévia.

Esses quatro sujeitos políticos eram amplamente conhecidos no Paraná antes da eleição o que se supõe que seja o principal motivo para suas votações e o custo por voto obtidos por eles(as). Assim como outros membros do “top 10” de custo por voto do Estado, tais deputados(as) federais já eram reconhecidos(as) por outros papéis, antes da campanha eleitoral ser iniciada.

Em suma, para além da condição de homem ou mulher, do partido político ou da condição de novato(a) ou candidato(a) à reeleição, o capital midiático e o nível de

conhecimento do(a) candidato(a) perante o eleitorado parece ser a variável que mais interfere na relação entre os recursos empenhados em uma campanha e os votos recebidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que as hipóteses aqui testadas (e parcialmente refutadas) ainda necessitam de testes em outras eleições e outros cenários para serem melhores compreendidas. Como só trata de uma unidade federativa e de uma eleição (2022), esta pesquisa não permite generalizações mais amplas sobre o custo por voto entre os(as) possuidores(as) de mandato e o custo por voto entre as maiores bancadas.

Além disso, o próprio achado empírico dessa pesquisa (candidatos(as) mais conhecidos(as) tendem a ter o menor custo por voto entre os(as) eleitos(as)) pode sugerir uma hipótese a ser testada em outras pesquisas e eleições e mesmo em outros cenários. Tal tendência se manteria, por exemplo, quando observado todos(as) os(as) 512 eleitos(as) para a Câmara dos Deputados em 2022?

Exposto isso, essa pesquisa buscou tensionar a relação direta entre dinheiro investido em uma campanha e votos obtidos, propondo uma visão auxiliar àquela que tem sido debatida na literatura sobre o tema. No entanto, tal estudo não contempla (e nem busca contemplar) outras abordagens possíveis sobre a relação entre dinheiro e política, como o financiamento ou mesmo os principais fornecedores de uma campanha.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio Weber. *Corrupção no Brasil: a perspectiva do setor privado. Relatório de Pesquisa da Transparência Brasil*, São Paulo, 2004.

ARAUJO JUNIOR, A. F. de; PIRES, T. S. A vantagem do incumbente nas eleições municipais e estaduais brasileiras: um estudo de 2000 a 2018. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 71, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3992>. Acesso em: 3 set. 2023.

BOLOGNESI, Bruno; CERVI, Emerson Urizzi. Distribuição de recursos e sucesso eleitoral nas eleições 2006: dinheiro e tempo de HGPE como financiadores de

campanha a deputado federal do Paraná. *In: Anais [...] do 35º Encontro da Anpocs*, Caxambu, 2011.

BORBA, Felipe; CERVI, Emerson Urizzi. Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil. **Opinião Pública**, v. 23, p. 754-785, 2017.

BRAMBOR, Thomas; CENEVIVA, Ricardo. Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. **Novos estudos CEBRAP**, p. 9-21, 2012.

CAZZOLATO, Nara Katsurayama; CANDIDO, João Gremmelmaier. O caminho das verbas público-partidárias e o custo do voto. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 678-699, 2013.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder**: as engrenagens do sistema político brasileiro. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

CAMPOS, Hélio Sílvio Ourém; ASSIS JUNIOR, Moises Pereira. Financiamento público de campanhas eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral. **Estudos eleitorais**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 25-46, 2012.

CERVI, Emerson Urizzi. Doações de campanha e desempenho eleitoral: uma análise comparativa sobre as eleições para prefeitos de capitais brasileiras em 2008 e 2012. **Agenda Política**, Campinas, v. 1, n. 1, 2013.

DE MORAES, Thiago Perez Bernardes *et al.* Mulheres, política e sub-representação. Um estudo sobre a correlação entre qualidade da democracia, ideologia e mulheres nos parlamentos. **Derecho y Cambio Social**, v. 11, n. 36, p. 32, 2014.

DESCHAMPS, J. P.; JUNCKES, I. J.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F. Dinheiro e sucesso eleitoral em 2008, 2012 e 2016 no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 55, n. 3, p. 736-756, 2021. DOI: 10.1590/0034-761220200117. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/83627>. Acesso em: 3 set. 2023.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Regulação eleitoral e financiamento de campanha: uma breve revisão teórica. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, n.2, v. 2, p. 63-70, 2005.

FIGUEIREDO NETTO, Gabriela **Quando o dinheiro importa menos**: uma análise do financiamento de campanhas eleitorais dos candidatos evangélicos. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

FIGUEIREDO NETTO, Gabriela; SPECK, Bruno Wilhelm. O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos?. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, p. 809-836, 2017.

FONSECA, Thiago do Nascimento. Doações de campanha implicam em retornos contratuais futuros? Uma análise dos valores recebidos por empresas antes e após as eleições. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, p. 31-49, 2017.

GRESTA, Roberta Maia; CARVALHO, Volgane Oliveira. Federação de partidos políticos no Brasil: Impactos sobre o sistema partidário, contexto latino-americano e desafios para as eleições 2022. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 143-167, 2022.

HEILER, Jeison Giovani; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 56-92, 2016.

HEILER, Jeison Giovani; VIANA, João Paulo SL; DOS SANTOS, Rodrigo Dolandeli. Empresariado e partidos no processo eleitoral brasileiro. **Em Debate**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 75-86, 2015.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MANCUSO, Wagner Pralon. Estudando a relação entre dinheiro e política: uma análise de artigos apresentados em encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 94, p.1-20, 2021.

JACOBSON, Gary C. The effects of campaign spending in congressional elections. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 72, n. 2, p. 469-491, 1978.

MANCUSO, Wagner Pralon. Empresas e financiamento de campanhas eleitorais de candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2002 e 2006. **Desenvolvimento e crise na América Latina: estado, empresas e sociedade**. Curitiba: CRV, 2012.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015.

MANCUSO, Wagner Pralon; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermio. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. a, n. 27, p. 9-36, 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 1, n. 20, p. 115-134, 2003.

MIGUEL, Luís Felipe; ASSIS, Pedro Paulo Ferreira Bispo de. Coligações eleitorais e fragmentação das bancadas parlamentares no Brasil: simulações a partir das eleições de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 1, p. 29-46, 2016.

MOHALLEM, Michael Freitas; OLIVEIRA, Isabel Cristina Veloso de. **A relação custo-voto dos evangélicos nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2010 e 2014**. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2018.

MORAES, Rubens Lima; ANDION, Carolina; PINHO, Josiani Lúcia. Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil. **Cadernos Ebape. BR**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 846-876, 2017.

PEIXOTO, Vitor. Impacto dos gastos de campanhas nas eleições legislativas de 2010: uma análise quantitativa. **Anais do 8 Encontro ABCP**, 2012.

PEIXOTO, Vitor; MARQUES, Larissa Martins; RIBEIRO, Leandro Molhano. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 93-116, 2022.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 2006. 248 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. Sistema eleitoral, corrupção e reforma política. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 11-22, 2013.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley; EDUARDO, Felipe Lima. **A distância entre intenção e gesto**: consequências da proibição de doações eleitorais por pessoas jurídicas nas eleições municipais de 2016. **Boletim de Análise Política-institucional**, n. 21, Brasília, out. 2019, p. 67-76. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9900>. Acesso em: 3 set. 2023.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1199-1218, 2017.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. **Mulheres nas eleições**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 417-452, 2010.

SAMPAIO, Daniel; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática. **BIB-Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 88, p. 1-25, 2019.

SAMUELS, David. Money, elections, and democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society**, Cambridge, v. 43, n. 2, p. 27-48, 2001.

SAMUELS, David. David J. Pork barreling is not credit claiming or advertising: Campaign finance and the sources of the personal vote in Brazil. **The Journal of Politics**, Chicago, v. 64, n. 3, p. 845-863, 2002.

SARMENTO, Daniel; OSORIO, Aline. Uma mistura tóxica: política, dinheiro e o financiamento das eleições. **Jurisdição constitucional e política**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 673-700.

SCHAEFER, Bruno Marques. Tempo é dinheiro: recursos partidários em eleições para a Câmara Federal. **Laboratório de Estudos eleitorais, Comunicação Política e Opinião Pública**. Disponível em: <https://www.lab-doxa.org.br/textos-discussao/tempo-e-dinheiro-recursos-partidarios-em-eleicoes-para-a-camara-federal/>. Acesso em: 3 set. 2023.

SILVA, Bruno Fernando da. A relação entre dinheiro e (expectativa de) voto a partir das eleições municipais de 2008 a 2016. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 41., 2017, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2017. p. 1-22.

SILVA, Clarissa Benatti. **Os determinantes do custo do voto**: uma análise para a eleição de 2010. 2013. 67 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Trabalho e Economia de Empresas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Daniel Marcelino da. **Sobre dinheiro e eleições**: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SPECK, Bruno Wilhelm. **O financiamento de campanhas eleitorais. Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG: PNUD, 2006. p. 153-158.

SPECK, Bruno Wilhelm. Três ideias para oxigenar o debate sobre dinheiro e política no Brasil. **Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 6-13, 2010.

SPECK, Bruno Wilhelm. O financiamento político e a corrupção no Brasil. **Temas de corrupção política**. São Paulo: Balão Editorial, 2012. p. 49-97.

SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. Voto, dinheiro e horário eleitoral: uma aplicação do método de path analysis para explicar os condicionantes da eleição para prefeito do Brasil. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 9., 2014, Brasília, DF. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ABCP, 2014. p. 1-22.

SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. ?, p. 53-90, 2016.

SPECK, Bruno Wilhelm. Influenciar as eleições ou garantir acesso aos eleitos? O dilema das empresas que financiam campanhas eleitorais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 39-59, 2016B.

XAVIER, Carlos Joel Carvalho de Formiga. **A corrupção política e o caixa 2 de campanha no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.8.2011.tde-26092011-135010. Acesso em: 3 set. 2023.

ZAULI, Amanda; TORRES, Claudio Vaz; GALINKIN, Ana Lucia. Câmara dos Deputados: democracia e igualdade de oportunidades entre mulheres e homens?. **Cad.**

psicol. soc. trab., São Paulo , v. 15, n. 1, p. 49-64, jun. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172012000100005. Acesso em: 3 set. 2023.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 287-336, 2005.